ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS
SÃO PAULO

Boletim Paulista de Geografia

ISSN: 0006-6079 - e-ISSN: 2447-0945

Editorial

Ética e crítica

Thell Rodrigues
Igor Alencar

É que Narciso acha feio o que não é espelho
Sampa, Caetano Veloso (1978)

No dia 6 de março de 2026, o CNPq publicou a Portaria 2664/2026 que institui a Política de Integridade na Atividade Científica, estabelecendo diretrizes para a conduta ética na pesquisa. Não por acaso, o documento converge com o que a AGB vinha defendendo e enfrentando desde a publicação, exatamente um ano antes, do *Manifesto da Geografia pela Ética na Publicação Científica*.

Os dois textos compartilham um conjunto de preocupações que, embora pareçam mirar questões óbvias, refletem problemas que persistem na produção acadêmica como o reconhecimento adequado das contribuições de discentes ou a crítica às revistas predatórias. Ambos os documentos também procuram preencher lacunas sobre o debate em torno do uso da inteligência artificial na ciência, sem recuar para posições reacionárias que negam a presença e a potencialidade da IA na produção do conhecimento, ao tempo que defende a exigência de transparência quanto ao modo e à finalidade, além da responsabilidade de quem o emprega.

Nos chama atenção, porém, como os dois documentos se lançam a abordar questões que geram desconforto em vários colegas que adotam e normalizam práticas que facilitam inflar suas produções. Tanto o Manifesto da AGB quanto a Portaria do CNPq tratam destemidamente das polêmicas sobre autoplágio e da publicação redundante.

É evidente que nenhuma dessas definições é novidade. O que é novo, e necessário, é que elas ganhem força normativa para combater tais práticas, como sinalizado por esses documentos. Pois, por muito tempo, a ausência desses termos em regulações serviu de cobertura para práticas que todos reconheciam, mas poucos combatiam.

Um dos pontos que mais gerou reações negativas ao *Manifesto* da AGB foi a defesa de que teses e dissertações devem ser originais e não coleções de artigos já publicados. Como já discutido, a prática de incorporar artigos como capítulos esvazia o sentido da tese e da dissertação enquanto produções intelectuais autônomas, além de criar um conjunto de conflitos como o comprometimento do ineditismo do texto ou pressões sobre a banca diante de textos já avaliados por pares. No nosso entendimento, essa prática, já bastante difundida na geografia, expressa simultaneamente o autoplágio e a publicação redundante que precisam ser urgentemente rebatidos pela conscientização da comunidade e normatização.

O mesmo vale para os que reproduzem trechos de dissertações, teses ou artigos já publicados sem qualquer referência, incorporando-os a novos manuscritos como se fossem produções originais e inéditas. É claro que reconhecemos a importância da publicação de artigos derivados de dissertações, teses ou outros trabalhos acadêmicos anteriores, pois tais publicações contribuem para a ampliação da circulação do conhecimento produzido. Ainda assim, é imprescindível que essas contribuições estejam devidamente referenciadas, com identificação clara da origem do texto. Nos últimos meses não foram raros os momentos em que a recusa de um manuscrito por identificar, por exemplo, que seu conteúdo aparece *ipsis litteris* em outro texto, sem qualquer referência ao original, gere reações hostis aos editores, tanto em mensagens privadas quanto em debates públicos, como ocorreu em alguns casos recentes.

Por isso, as discussões em torno da integridade científica ganham sua expressão mais concreta nas políticas editoriais dos periódicos, que constituem o principal campo em que se amarram pesquisadores, avaliadores, leitores, universidades e agências de fomento, visto que as publicações seguem sendo um dos critérios centrais nas distribuições dos recursos para pesquisa e em processos seletivos de discentes e docentes para ingressarem nas instâncias da universidade. Como destacou o editorial da *Revista NERA* de 2025 (v. 28, n. 2), "debater, construir e defender políticas editoriais é uma urgência" e é preciso ter coragem de assegurar esses princípios na condução das revistas, algo que a Revista *Nera*, a *Terra Livre* e o *BPG*, entre outras revistas da geografia, têm sustentado às custas de muitos ataques aos seus editores.

Por fim, cabe registrar que não é por acaso que esses documentos emergem no mesmo momento. A ciência tem se aprofundado, cada vez mais, na lógica concorrencial, principalmente pela disputa por recursos cada vez mais escassos. Essa dinâmica promove a selvageria científica, egos inflados, práticas sorrateiras e tentativas de levar vantagem sobre colegas - não raro protegidos pelo discurso das melhores intenções possíveis. Diante disso, discutir ética, seja na AGB, no CNPq ou em qualquer outra instância que atravesse a produção científica, é um passo necessário, mas ainda assim apenas um passo.

Mais do que nunca, é hora de uma crítica teórica, prática e política da sociedade capitalista e da própria ciência que nela se inscreve. Por isso, é necessário buscar uma ciência capaz de criticar a si mesma, na medida em que expõe as contradições estruturais da sociedade produtora de mercadorias que a própria ciência, inclusive a geografia crítica, parece por vezes aceitar, naturalizar e reproduzir. A integridade científica só poderá ser assegurada quando superadas as barreiras da concorrência e da escassez de recursos, inerentes ao capitalismo.

A crítica precisa ser ética. Mas, sobretudo, a ética também precisa ser crítica.